

ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC HOJE Vol. 17 No 1
Dezembro 2014



2014 – Orientando a integração regional

por Kizito Sikuka

A **ÁFRICA** Austral teve este ano uma grande oportunidade para consolidar os ganhos e os planos rumo a independência socioeconómica e integração como uma região.

Um marco importante para 2014 foi a decisão da 34ª Cimeira da SADC, realizada em Victoria Falls, Zimbabwe, de priorizar a industrialização na revisão em curso dos planos regionais no âmbito do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP).

O desenvolvimento industrial é considerado um dos principais motores da agenda de integração na África Austral numa altura em que região afasta-se de uma económica dependente da exportação de bens de consumo e aposta num desenvolvimento sustentável baseado no aproveitamento das mais-valias.

Os Estados Membros da SADC reconhecem que o desenvolvimento industrial é fundamental para a diversificação das suas economias, desenvolvimento da capacidade produtiva e criação de emprego, com vista a reduzir a pobreza e orientar as suas economias para um caminho de crescimento mais sustentável.

No entanto, o RISDP, que é um plano de 15 anos para a integração e desenvolvimento regional da SADC, actualmente em revisão, esteve anteriormente calado sobre o assunto.

Como resultado, o Grupo de Trabalho Ministerial da SADC sobre Integração Regional foi solicitado pela Cimeira para desenvolver uma estratégia e um roteiro para a industrialização da região.

A este respeito, uma Cimeira Extraordinária da SADC está prevista para o início de 2015, para discutir a industrialização, e, depois, aprovar o RISDP revisto.

No que diz respeito ao desenvolvimento de infra-estruturas, o ano de 2014 testemunhou que a visão da África Austral, como uma economia emergente com infra-estruturas funcionais, era quase uma realidade sobretudo com a aprovação de uma declaração que visa reforçar a cooperação no desenvolvimento de projectos regionais de infra-estruturas.

Quando as infra-estruturas regionais, como estradas, ferrovias e linhas de transmissão de energia estão em boas condições, estabelecem a base para inúmeros benefícios, incluindo o movimento suave de bens, serviços e pessoas em toda a região, aumentando assim o contacto intra-regional e o comércio.



POLÍTICA	3
PAZ E SEGURANÇA	4
ELEIÇÕES	5
GÉNERO	6
COMÉRCIO	7
ENERGIA	8-11
GESTÃO DE DESASTRES	12
BREVES NEGÓCIOS	13
COOPERAÇÃO	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16

continua na página 2...



2014 – Orientando a integração regional

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 1

A Declaração da SADC sobre o Desenvolvimento Regional de Infra-estruturas presta especial atenção às necessidades de transporte dos países sem acesso ao mar, que, "devido às suas circunstâncias geopolíticas, têm necessidades especiais para serviços de transporte e de trânsito e de suportar custos elevados de capacidade e acesso a mercados externos."

A declaração tem por base o Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estrutura, que foi lançado em 2012, tendo como meta um total de 418 projectos de infra-estrutura a serem implementados até 2027.

Estes projectos de infra-estruturas transfronteiriças abarcam sectores prioritários como energia, transportes, turismo, água, tecnologia de informação, comunicação e meteorologia.

Na agricultura, a SADC fez progressos significativos para a segurança alimentar, através da aprovação de uma Estratégia Regional Alimentar e Nutricional que visa assegurar que os seus cidadãos tenham acesso a alimentos adequados e nutritivos.

Para ser implementado a partir do período 2015-2025, a Estratégia Regional de Segurança Alimentar e Nutricional tem como objectivo servir de mecanismo regional de facilitação e obtenção de acesso físico, social e económico de medicamentos seguros, saúde e alimentos nutritivos para garantir o bem-estar das pessoas da África Austral.

A SADC adoptou a estratégia em 2014 - um ano que foi declarado pela União Africana como o Ano da Agricultura e Segurança Alimentar.

A região da SADC também testemunhou um passo importante para a promoção da

utilização e gestão sustentável do meio ambiente, através da aprovação do Protocolo sobre a Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável.

Anteriormente, a SADC tinha vários protocolos que tratavam de vários aspectos do ambiente, a maioria dos quais eram de natureza sectorial e não tinham uma abordagem holística para o uso e gestão sustentável.

Portanto, a adopção do Protocolo é um passo importante no processo de harmonização das leis que tratam de questões ambientais.

No que diz respeito à saúde, a região intensificou a sua preparação e resposta para monitorar e prevenir a propagação da Ébola - uma doença mortal que atingiu algumas regiões da África Ocidental.

No seio dos Estados-Membros da SADC, somente a República Democrática do Congo (RDC) regista casos de Ébola, que foram rapidamente resolvidos. Nenhum outro caso foi relatado nos restantes 14 Estados Membros da SADC.

No entanto, especialistas médicos, notam que a estirpe do Ébola da República Democrática do Congo é diferente da que afecta a África Ocidental, e não se espalhou a partir de lá, apesar de ser uma linhagem separada que apareceu na década de 1970.

Quanto a situação política na região, a África Austral testemunhou desenvolvimentos positivos com cinco países a realizarem eleições gerais - Botswana, Namíbia, Malawi, Moçambique e África do Sul.

Na Namíbia e Moçambique, estas foram as eleições de transição que produziram novos presidentes, nomeadamente Hage Geingob, do partido governamental SWAPO, e Filipe Nyusi, da FRELIMO, respectivamente, uma vez que

os anteriores Chefes do Estado, terminaram os períodos máximos dos seus mandatos. A estabilidade também retornou ao Lesotho, com o apoio dos seus vizinhos na SADC.

Lesotho enfrentou alguns desafios políticos que atingiram o seu auge em Agosto, na sequência da suspensão do Parlamento e de uma suposta tentativa de golpe.

SADC, através do seu facilitador Cyril Ramaphosa, que é o vice-presidente Sul-Africano, facilitou um diálogo entre os partidos políticos do Lesotho para superar os desafios naquele Reino Montanhoso.

As partes interessadas concordaram em antecipar as eleições gerais para Fevereiro de 2015, numa data a ser marcada pelo Rei Letsie III, em vez de 2017 como estava inicialmente planeado.

O ano de 2014 também foi marcado pelo levantamento da suspensão de Madagáscar da SADC, após a restauração da ordem constitucional no âmbito de um processo de mediação liderado pela SADC.

A nação insular tinha sido suspensa da SADC em 2009, quando o país mergulhou numa crise política após o líder da oposição ter derrubado o então presidente em manifestações populares. No entanto, observando o progresso na resolução de ordem constitucional em Madagáscar, a SADC convidou o país a retomar a sua participação em todas as actividades da SADC.

O ano de 2014 foi bastante estável do ponto de vista político com uma relativa paz nas partes mais imprevisíveis da região, como a RDC, embora os mais recentes desenvolvimentos no leste do país continuem a ser um motivo de preocupação.

Com relação ao comércio, a SADC em conjunto com outras

comunidades económicas regionais - o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) e a Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC) - aproximou-se da assinatura de um acordo histórico para estabelecer um mercado ampliado que abrange 26 países.

O acordo vai impulsionar o comércio intra-regional, aumentar o investimento e promover o desenvolvimento de infra-estruturas regionais, já que a chamada "Grande" Área de Comércio Livre (ACL) tem uma população total de cerca de 600 milhões de pessoas e um Produto Interno Bruto de cerca de um trilhão de dólares norte-americanos, cobrindo metade dos estados membros da União Africana, abrangendo toda as regiões sul e leste da África - a partir do Cabo ao Cairo.

O presidente do Zimbabwe, Robert Mugabe, tornou-se Presidente da SADC em 2014, assumindo o lugar do seu homólogo do Malawi, Peter Mutharika, na Cimeira da SADC realizada em Agosto.

Mugabe será substituído pelo Presidente do Botswana, Seretse Khama Ian Khama, uma vez que a Cimeira da SADC de 2015 vai decorrer no Botswana.

Os Presidentes Armando Guebuza, de Moçambique, e Hifikepunye Pohamba, da Namíbia, despediram-se como líderes da África Austral durante a última Cimeira da SADC.

Ambos os líderes estão a concluir o seu segundo e último mandato, em conformidade com as suas constituições nacionais, e contribuíram bastante para avançar a agenda da integração regional e acreditam firmemente na noção de que os Estados membros da SADC têm muito a ganhar com o trabalho em conjunto. □

Estratégia e Plano de Acção de Crescimento Verde da SADC

A SADC está a elaborar uma Estratégia e um Plano de Acção Regional de Crescimento Verde que vai delinear a forma como a região pode satisfazer as suas necessidades de desenvolvimento e reduzir as vulnerabilidades sócio-económicas e ambientais e escassez de recursos.

Para facilitar a finalização da estratégia, o Secretariado da SADC organizou um seminário de validação em Harare, Zimbabwe, em Novembro, cujo objectivo de permitir que as partes interessadas aprovem a proposta do documento.

O desenvolvimento do projecto de estratégia iniciou após a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em Junho de 2012.

O resultado dessa conferência, que é conhecida por Rio + 20, foi um documento intitulado "O Futuro que Queremos" que define a agenda global para um futuro sustentável Rumo a redução da pobreza e promoção do crescimento global sustentável e equitativo.

Em preparação para a Conferência Rio + 20, a região da SADC tinha empreendido uma revisão para avaliar os progressos realizados para a consecução do desenvolvimento sustentável.

O relatório de avaliação indica que a região teve um número de bons exemplos que demonstram compromissos com o desenvolvimento sustentável. No entanto, o impacto desses esforços não foi suficiente para apoiar a redução da pobreza.

O relatório também observou que os desafios que foram destacados no Plano de Acção de Joanesburgo há 10 anos ainda continuam relevantes hoje.

A revisão identificou uma série de factores que afectam os

progressos na consecução do desenvolvimento sustentável na SADC, incluindo a multiplicidade de programas de desenvolvimento, fraquezas institucionais e falta de capacidade.

A má implementação das políticas e regulamentos foi identificada como um dos problemas. Observou-se que, enquanto a região da SADC tem muitos quadros políticos, a sua implementação continua a ser um grande desafio devido a uma série de restrições nacionais, regionais e globais.

Notou, ainda, que o excesso de dependência, por parte da região e dos Estados-Membros, de fundos dos doadores tem tornado difícil a aplicação das políticas.

A avaliação também identificou desafios novos e emergentes que têm agravado a lentidão dos progressos para a consecução do desenvolvimento sustentável. Estes incluem a segurança alimentar mundial, os preços elevados do petróleo e a crise económica global, que estão a diminuir os esforços para o desenvolvimento sustentável.

Outros desafios emergentes incluem o aumento da pobreza, o impacto do HIV e SIDA, desequilíbrios de género, a incapacidade de criar oportunidades de emprego, empreendedorismo e comércio e o combate à marginalização num mundo globalizado.

O relatório fez uma série de recomendações para aumentar o crescimento sustentável, entre elas a necessidade de integrar plenamente a economia verde e os conceitos de crescimento verde.

Como resposta a estas conclusões e da avaliação comparativa sobre os resultados da Rio + 20, a SADC embarcou num programa de elaboração de uma Estratégia e Plano Regional de Acção Verde para o Desenvolvimento

Sustentável que facilitará a efectivação equilibrada e acelerada das metas acordadas em três pilares do desenvolvimento sustentável ou seja, a sustentabilidade ambiental, o bem-estar económico e a equidade social.

Prevê-se que a economia verde ajude a reformar as economias de forma que ligue o crescimento económico e protecção ambiental.

A implementação destes resultados e recomendações exigirá esforços concertados e consistentes de colaboração a nível nacional e regional.

A SADC desenvolveu várias estratégias, protocolos, políticas e programas, incluindo o Plano Director de Desenvolvimento de infra-estruturas, O Quadro de Desenvolvimento Industrial da SADC, a Política Regional da Agricultura e vários outros protocolos.

A proposta Estratégia e Plano Regional de Acção Verde devem, portanto, definir como é que a implementação dessas estratégias e políticas podem aproveitar plenamente os conceitos de economia verde para que a região atenda as suas necessidades de desenvolvimento. □

Objectivos da Estratégia de Crescimento Verde SADC

Especificamente, a Estratégia e o Plano de Acção de Crescimento Verde propõe-se:

- definir mecanismos para a região e os Estados-Membros adoptarem um conjunto coordenado de processos de análise, debate, reforço das capacidades, planeamento e investimentos que procuram integrar objectivos económicos, sociais e ambientais a curto e longo prazo;
- melhorar a economia verde e promover o crescimento sustentável;
- promover políticas e investimentos para uma série de sectores verdes, como as tecnologias limpas e as indústrias, energia renovável, serviços de água, transportes, gestão de resíduos e de construção verde, com vista a combater a pobreza;
- contribuir para um desenvolvimento socioeconómico centrado nas pessoas da região, mediante o reforço da integração dos recursos naturais e ambientais e outros da região para as economias nacionais;
- reduzir as disparidades sociais, sugerindo um quadro acelerado para implementação dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e disposições dos resultados da Rio + 20, reforçando ao mesmo tempo a igualdade de oportunidades e de identidades culturais;
- fornecer recomendações concretas para melhorar a governação a níveis local, nacional e regional que integre plenamente a economia verde; e
- fornecer ferramentas para a análise de políticas e programas existentes para melhorar a consistência e coerência que irá promover o desenvolvimento sustentável. □





Rumo a estabilidade no Lesotho

O REINO do Lesotho fez progresso significativo para retornar a estabilidade após a última crise política.

O Facilitador da SADC e vice-Presidente Sul-Africano, Cyril Ramaphosa, liderou o esforço regional para trazer paz e estabilidade no Lesotho após a crise política iniciada em Agosto no país.

A mediação da SADC levou à assinatura da Declaração de Facilitação de Maseru em Outubro e o Acordo de Segurança de Maseru em Novembro.

Um progresso substancial foi feito com a

assinatura desses acordos, destacando-se:

- Reconvocação do Parlamento em Outubro;
- Dissolução do parlamento em Dezembro;
- Acordo para antecipar as



Primeiro-Ministro do Lesotho, T. Thabane (à esquerda) com o Presidente em Exercício da SADC, R.G. Mugabe, Presidente do Zimbabwe.

eleições Fevereiro de 2015, em data a ser indicada pelo Rei Letsie III; e,

- Autorização de três oficiais superiores das Forças de Defesa Lesotho e Serviços da Polícia Montada para visitas de trabalho a vários países africanos.

O acordo para a realização de eleições antecipadas surgiu com base numa decisão dos Chefes de Estado e de Governo da SADC envolvidos no apoio ao retorno da normalidade política no Lesotho e da estabilização da situação de segurança no país.

O referido acordo foi ratificado por todos os

partidos políticos do Lesotho que assinaram a Declaração de Maseru apresentada pela missão de observadores da SADC liderada por Ramaphosa.

O País realizou as suas últimas eleições, em Maio de 2012 e as próximas estavam programadas para 2017.

Ramaphosa fez várias visitas a Maseru desde a assinatura dos acordos, para abordar a situação política que iniciou quando Lesotho o Primeiro-Ministro Thomas Thabane, depois de ter recebido um voto de não confiança, suspendeu o Parlamento em Junho, pondo em causa o Governo de Coligação formado em 2012.

O Rei Letsie III expressou a sua gratidão a SADC por facilitar o processo de paz em seu país.

"Em nome da nação Basotho, gostaria de expressar a nossa profunda gratidão a SADC que permitiu que chegássemos rapidamente a este momento crítico na nossa jornada política", disse o Rei durante a reabertura do Parlamento, em Novembro.

O Rei disse ao parlamento de 120 membros e convidados - incluindo Ramaphosa e a Secretária Executiva da SADC, Dra. Lawrence Stergomena Tax - que o Basotho deve colocar os interesses do país antes de qualquer outro interesse, bem como assegurar a paz e reconciliação.

Ramaphosa também disse um ambiente pacífico, estável e seguro é fundamental para a realização de eleições justas no Lesotho, no próximo ano.

"Um aspecto importante para as próximas eleições é a necessidade de assegurar que o povo de Lesotho exerça o seu direito democrático de voto num ambiente pacífico, estável e seguro", disse ele. □

Malawi, Moçambique e Tanzânia discutem questões fronteiriças

TRÊS PAÍSES da África Austral concluíram a avaliação e o planeamento de uma reunião anual para reafirmar as suas fronteiras internacionais.

Delegados do Malawi, Moçambique e da República Unida da Tanzânia estiveram reunidos em Dar-es-Salaam, em Dezembro, para discutir questões relacionadas com as suas fronteiras comuns.

Os três países, estão envolvidos no Programa de Fronteiras da União Africana (AUBP) desde 2008, estiveram representados por cinco membros de ministérios relevantes dedicados a questões fronteiriças.

O AUBP visa facilitar a delimitação e demarcação das fronteiras africanas, onde tal exercício ainda não foi feito, bem como promover a cooperação transfronteiriça.

Falando na reunião, o Secretário Permanente no Ministério das Terras da

Tanzânia, Alphayo Kidata, enfatizou a importância da implementação do programa de fronteira de forma eficaz, a fim de assegurar a paz e um desenvolvimento sustentável.

"Para garantir a segurança das futuras gerações e, a fim de mudar o nosso foco mais para a agenda do desenvolvimento, cabe-nos a resolver as nossas disputas fronteiriças através de uma maior cooperação e diálogo", disse ele.

O encontro reflectiu os avanços alcançados pelos Estados Membros da SADC na delimitação e demarcação das fronteiras durante o ano passado.

O encontro proporcionou uma plataforma para os três países trocarem experiências e lições decorrentes das suas



atividades de gestão comum de fronteiras.

Um dos destaques do encontro foi a entrega oficial dos dados a partir de um levantamento aéreo (pesquisa LiDAR) que foi realizado ao longo da fronteira ocidental Malawi-Moçambique.

O levantamento é a base para a delimitação e demarcação da fronteira entre os dois países e que lhes permitirá prosseguir com a demarcação em 2015. □



Transições harmoniosas de lideranças na SADC

AS RECENTES eleições na África Austral, mais uma vez demonstraram que a região é capaz de realizar eleições pacífica e em conformidade com os princípios e normas nacionais, regionais e internacionais. Após a realização de eleições bem sucedidas na África do Sul e no Malawi, em Maio, três outros Estados Membros da SADC votaram nas eleições cruciais em Outubro e Novembro - Botswana, Moçambique e Namíbia. Duas das eleições destacaram-se por produzirem novos líderes para os seus países. Em Moçambique e na Namíbia, as eleições culminaram com subida de novos presidentes num processo de transição harmoniosa de liderança que contribuiu para credibilizar a democracia na SADC. □

Hage Geingob - terceiro presidente da Namíbia

A SWAPO obteve uma vitória esmagadora nas eleições gerais realizadas na Namíbia em Novembro, com o candidato presidencial Hage Geingob ganhando 87 por cento dos votos.

Geingob, actualmente Primeiro-Ministro, será empossado como presidente da Namíbia, em Março do próximo ano. Ele se torna o terceiro Presidente da Namíbia desde que o país conquistou a sua independência em Março de 1990, após 24 anos de conflito

armado contra a ocupação Sul-Africana do regime de apartheid.

Em Março, Geingob substituirá Hifikepunye Pohamba, que era Presidente desde 2004. Sam Nujoma foi o primeiro presidente pós-independência do país, a partir de Março de 1990.

De acordo com os resultados finais anunciados pela Comissão Eleitoral da Namíbia (ECN), a SWAPO garantiu 80 por cento dos votos e 77 assentos na Assembleia Nacional, nas

eleições legislativas realizadas em 28 de Novembro.

O rival mais próximo, A Aliança Democrática de Turnhalle (DTA), conseguiu apenas cinco lugares, enquanto a Convenção para a Democracia e Progresso (RDP) obteve três assentos nestas eleições que, a nível de África, foram pioneiras no uso da votação electrónica.

Os restantes 11 assentos foram partilhados entre os outros 13 partidos políticos que concorreram nas eleições.

Namíbia usa um sistema maioritário para as eleições presidenciais, em que o candidato com mais de 50 por cento dos votos é declarado o vencedor, e a representação proporcional (PR) é usada para as eleições legislativas.

A luz do sistema de representação proporcional, cada partido político apresenta uma lista de candidatos e, em seguida, os partidos recebem cargos proporcionais à sua quota global do voto nacional.

Nas últimas eleições, em 2009, a SWAPO ganhou 54 lugares, com a RDP ficando com oito. A Frente Democrática Unida da Namíbia, a Organização Nacional de Unidade Democrática, a DTA, o Partido de Todo o Povo, o Congresso dos Democratas, o Partido Republicano da Namíbia e a União Nacional da África do Sudoeste obtiveram um assento cada um.

Geingob derrotou esmagadoramente oito rivais nas eleições presidenciais, garantindo 87 por cento dos votos válidos. □

O BDP mantém o poder em Botswana

O PRESIDENTE do Botswana, Seretse Khama Ian Khama, foi reeleito para o segundo e último mandato depois que seu partido assegurou uma convincente vitória nas eleições realizadas a 24 de Outubro.

O Partido Democrático do Botswana garantiu 33 dos 57 assentos parlamentares. O partido opositorista Mudança Democrática (UDC) obteve 14 assentos, enquanto o Partido do Congresso Botswana conseguiu apenas dois assentos.

O Botswana usa o sistema eleitoral de Pluralidade em Círculo Uninominal ou 'Primeiro à Chegada' (FPTP) para a eleição dos membros do Parlamento (MPs). Os MPs eleitos, então, agem como um colégio eleitoral para escolher o presidente.

O Parlamento Botswana tem 63 assentos, dos quais 57 são preenchidos através da votação directa. Há quatro assentos reservados para o partido maioritário no Parlamento, enquanto o presidente e o procurador-geral são membros por inerência das suas funções.

Um número de partidos políticos e candidatos independentes participaram nas eleições. Nas últimas eleições, realizadas em 2009, sete partidos e 15 candidatos independentes participaram nas eleições, que viu o BDP ganhar 45 dos 57 assentos eleitos. □

Candidato presidencial da Frelimo vence as eleições em Moçambique

AS ELEIÇÕES realizadas em Moçambique no dia 15 de Outubro, produziram o quarto líder para o país desde a independência, em 1975.

O ex-ministro da Defesa, Filipe Nyusi, do partido no poder, a FRELIMO, venceu a corrida presidencial após ganhando 57 por cento dos votos.

Esta é a primeira transição para a geração pós-veteranos de guerra em Moçambique uma vez que Nyusi era jovem durante a guerra de libertação que durou uma década e que pôs fim a ocupação colonial Portuguesa em 1975. No entanto, ele tem laços estreitos com a luta de libertação pois os seus pais participaram activamente na luta armada.

Ele se torna o primeiro presidente originário do norte deste vasto País que possui uma

longa costa de cerca de 2.470 quilómetros no sudeste de África.

Ele assume o lugar de Armando Guebuza, que deixa o cargo de presidente no início de 2015 depois de cumprir o seu segundo e último mandato, conforme estipulado pela Constituição moçambicana, embora continue como Presidente do partido Frelimo.

O líder do maior partido da oposição, Renamo, Afonso Dhlakama, obteve 37 por cento dos votos (mais que o dobro dos 16 por cento que ele ganhou em 2009), enquanto Daviz Simango, líder do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), recebeu 17 por cento dos votos expressos.

A Frelimo ganhou 144 assentos na Assembleia da República de 250 membros. A Renamo e MDM têm 89 e 17 lugares, respectivamente. □



2015 O Ano da Capacitação e Desenvolvimento das Mulheres de África Rumo a Agenda 2063

“Das Promessas a Entrega”

A REDE de conhecimentos da SADC e parceiros nacionais e regionais do género desenvolveram um plano de acção para reforçar o apoio ao Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento através de uma gama de produtos de conhecimento, com o tema “Das Promessas à Entrega”.

A rede rastreia metas regionais, tais como a paridade de 50:50 de mulheres e homens nos órgãos de tomada de decisão até 2015, e uma série de outras políticas e metas para implementação no âmbito do Protocolo, e produz o Monitor de Género da SADC, em intervalos de dois anos, devendo a próxima edição ser publicada em 2015.

A iniciativa é conduzida pela Unidade de Género da SADC e pelo Instituto do Género para Além das Desigualdades, adstrito ao Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC). As publicações estão disponíveis em versão impressa e online.

O SARDC é um parceiro de conhecimentos de longa data para diversos sectores da SADC.

Essa parceria resultou na produção de publicações de referência confiáveis, que são amplamente utilizadas de várias maneiras em vários países, incluindo pelos decisores políticos, parlamentares e universidades, e tem contribuído para um processo de consciencialização transfronteiriças rumo à igualdade do género na região.

O plano de acção é parte de uma estratégia para a avaliação de um projecto regional em curso, intitulado Para Além das Desigualdades, que analisa a situação e as perspectivas das mulheres na região com base numa série de perfis regionais e nacionais que serão actualizados pela terceira vez desde a

Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher realizada em Beijing, em 1995.

Esta parceria apoiou o desenvolvimento da Declaração de Género da SADC em 1997, e do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento, e agora apoia o acompanhamento dos progressos realizados no sentido da implementação, numa altura em que a visão “Para Além das Desigualdades” está prestes a se tornar realidade.

O Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento entrou em vigor a 22 de Fevereiro de 2013 depois de ter sido ratificado pelos necessários dois terços dos Estados Membros da SADC. O Protocolo foi assinado por 13 Estados-Membros, com excepção do Botswana e das Ilhas Maurícias.

A reunião de revisão da estratégia que envolveu a SADC e os parceiros nacionais de conhecimento foi projectada para conceber o trabalho para a rede de conhecimento de género para o próximo período de programação no contexto do acompanhamento de problemas existentes e emergentes.

Ministros apelam para a integração do género no Sector de Águas

MINISTROS RESPONSÁVEIS pela água, saneamento, meio ambiente e desenvolvimento em África adoptaram uma declaração comprometendo-se a acelerar a implementação de uma política continental e uma estratégia para a integração do género no sector de águas.

Os ministros, que se reuniram à margem de uma Conferência de Água e Género, realizada em East London, África do Sul, em Novembro, concordaram em aumentar os esforços para implementar a política e estratégia de integração do género no sector da água do continente aprovada pelo Conselho de Ministros Africanos da Água (AMCOW).

As medidas acordadas incluem a criação ou o reforço de

A revisão da estratégia decorreu no contexto de Beijing +20, e da declaração da União Africana que definiu 2015 como o “Ano de Empoderamento das Mulheres e Desenvolvimento em África rumo Agenda 2063”.

O seminário de parceiros regionais de revisão do conhecimento de género foi organizado pelo Instituto do Género Para Além das Desigualdades da SARDC e financiado pela OSISA. O local escolhido foi Harare, Zimbabwe, por ser o actual Presidente em exercício da SADC e o próximo presidente da União Africana.

Durante o seminário, a Chefe da Unidade de Género da SADC, Magdeline Mathiba-Madibela, disse que os produtos de conhecimento produzidos pela rede são uma parte essencial de partilha de boas práticas e progressos em toda a região da SADC.

O Secretariado está a trabalhar com os Estados-Membros para os ajudar a

harmonizar as suas leis e políticas de género em consonância com o Protocolo, tendo Moçambique, Namíbia, Seychelles Suazilândia, África do Sul e Zâmbia já concluído o processo.

O Secretariado da SADC também tem um processo interno de integração do género através de pontos focais em todas as divisões, usando o Kit de Integração do Género da SADC para facilitar a integração das questões de género em todas as políticas, projectos e actividades da SADC para garantir que o ambiente de trabalho seja sensível ao género e proporcione igualdade de oportunidades e de tratamento para homens e mulheres.

Mathiba-Madibela deixa o cargo de Chefe da Unidade de Género da SADC, no final de 2014, depois de ter servido durante uma década, período que lhe permitiu testemunhar o desenvolvimento e a entrada em vigor do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento. □

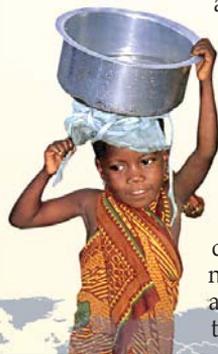
mesas de género e de água a nível nacional, bem como uma Unidade de Género funcional dentro do Secretariado do AMCOW até 2015; e desenvolvimento dos objectivos nacionais e uma estrutura de monitoria e avaliação para cada um dos sete pilares da política e estratégia de género do AMCOW, incluindo indicadores desagregados por sexo para o contexto Africano em 2016.

Outras medidas incluem a necessidade de apresentação de relatórios anuais pelos Estados-Membros sobre os progressos realizados em cada um dos sete pilares da política e estratégia; harmonização dos relatórios sobre a estratégia de género do AMCOW com outros compromissos de informação

inclusiva do género, e a proposta de introdução de um Dia de Género durante a Semana bianual de água em África a partir de 2016.

O Oficial Sénior de Programas no Sector de Águas da SADC, Phera Ramoeli disse na conferência que um projecto sobre a promoção do género na gestão transfronteiriça da água estava sendo implementado como um exemplo da contribuição da SADC para realizar a integração do género no sector da água.

Os delegados à conferência incluíram representantes de grupos comunitários, sociedade civil, agências de fomento, universidades e instituições de gestão da água de cada uma das cinco sub-regiões de África. □





Lançamento da Grande ACL marcado para Dezembro

por Kizito Sikuka

VISÃO AFRICANA de longa data prevê um continente integrado, próspero e unido.

Essa visão está quase a tornar-se realidade, pois em Dezembro de 2014 está previsto o lançamento do maior mercado integrado que cobre 26 países da África Oriental e Austral.

Vulgarmente conhecida por Área Tripartida de Comércio de Livre (ATCL), o mercado integrado compreenderá o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), a Comunidade do Estados da África Oriental e a SADC.

Espera-se que a criação de um mercado único e ampliado impulse o comércio intra-regional e aprofunde a integração regional através da melhoria dos fluxos de investimento e aumento da concorrência.

Na verdade, este arranjo integrado criará uma população total de cerca de 625 milhões de pessoas que cobrem metade dos Estados membros da União Africana (UA) e um Produto Interno Bruto de cerca de 1,2 trilhões de dólares norte-americanos.

O lançamento da proposta Grande ACL está previsto para Dezembro, durante uma cimeira tripartida, que vai decorrer no Egipto.

Isto ocorre após intensas consultas e negociações que vêm se realizando desde 2008, quando as três comunidades económicas regionais assumiram o compromisso de trabalhar em conjunto na integração regional durante a sua cimeira histórica realizada em Kampala, Uganda.

O empenho demonstrado pelas três comunidades económicas agora provou ser frutífero uma vez que a Grande ACL está prestes a se tornar uma realidade.

Numa reunião realizada em Bujumbura, Burundi, de 24-25 de Outubro, a Comissão Sectorial Tripartida de ministros do COMESA - EAC - SADC concordaram em lançar a Grande ACL em Dezembro, dizendo que a região está agora pronta para um mercado integrado.

"A decisão de lançar a ACL Tripartida tomou em conta o facto da maioria dos Estados-Tripartidos/Estados-Membros terem feito ofertas tarifárias ambiciosas e terem ainda acordado sobre as Regras de Origem, enquanto se concluem detalhes sobre Regras específicas de Origem do produto", disse o Secretário Executivo do COMESA, Sindiso Ngwenya, num comunicado.

Ngwenya é o presidente do grupo de trabalho Tripartido COMESA-EAC-SADC.

De acordo com o roteiro desenvolvido pelas três comunidades económicas regionais em Junho de 2011, em Joanesburgo, África do Sul, a Grande ACL foi planeada para

que fosse lançada em Junho de 2014.

No entanto, isso não foi possível devido a uma combinação de factores, incluindo recursos financeiros limitados, bem como a demora na conclusão das negociações sobre alguns dos principais pontos de atrito, como um acordo sobre as regras de origem, defesa comercial e solução de controvérsias, cooperação aduaneira, procedimentos de documentação e instrumentos de trânsito.

As negociações para a ACL foram realizadas em três fases distintas - a fase preparatória, a fase um e fase dois.

A fase preparatória abrangeu essencialmente a troca de todas as informações relevantes, incluindo tarifas bem como dados e medidas de comércio.

A primeira fase das negociações abarcou questões centrais da ACL como a liberalização tarifária, regras de origem, procedimentos aduaneiros e simplificação da documentação aduaneira, procedimentos de trânsito, entre outras questões.

A facilitação da circulação de homens de negócios dentro da região foi negociada em paralelo com a primeira fase.

A última etapa das negociações, que é a fase dois, lida com o comércio de serviços e questões relacionadas com o comércio, incluindo direitos de propriedade intelectual e desenvolvimento do comércio e da competitividade.

As negociações desta fase estão ainda em curso e espera-se que sejam concluídas a tempo para o lançamento histórico da Grande ACL em Dezembro.

Os planos para estabelecer o maior mercado integrado da

África estão a ser seguidos atentamente pela UA e outras comunidades económicas regionais no continente que querem aprender com esta experiência.

Nos termos do Tratado da Comunidade Económica Africana assinado em 1991, a África tem como objectivo estabelecer uma ACL em todo o continente e o esperado mercado único é considerado como um dos blocos de construção para a meta continental.

Portanto, uma vez operacional, a ATCL será usada como referência para o aprofundamento da integração regional e continental em África.

Na verdade, a Comissão da UA considera o arranjo tripartido como uma "melhor prática" que outras comunidades regionais devem imitar para a realização da visão de África de um continente integrado, próspero e unido.

"O arranjo Tripartido COMESA-EAC-SADC representam as melhores práticas que as outras CERs são encorajadas a imitar, a fim de acelerar a harmonização dos seus programas e actividades", diz parte do mais recente relatório sobre o estado da integração em África lançado pela Comissão da UA.

O acordo tripartido não é uma nova estrutura legal, também não é uma nova comunidade económica regional. Pelo contrário, é uma tentativa de juntar as diferentes organizações regionais para a criação da Comunidade Económica Africana.

O COMESA, EAC e SADC comprometeram-se a tornar o arranjo tripartido um sucesso. sardc.net





por Joseph Ngwawi

O ACESSO à energia limpa e sustentável tornou-se parte da agenda de desenvolvimento internacional durante as duas últimas décadas, o que reflecte o reconhecimento mundial do importante papel que a energia desempenha na prestação de serviços básicos e na geração de emprego e renda.

Considerado por muitos como o "Objectivo de Desenvolvimento do Milénio (ODM) em falta", a energia tem um impacto directo sobre o bem-estar das pessoas, facilitando o fornecimento de água e alimentando a produção agrícola, ajudando na provisão de cuidados de saúde e educação, criação de emprego e contribuindo para a sustentabilidade ambiental global.

De acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a região tem potencial para se tornar uma "mina de ouro" para as energias renováveis, devido aos abundantes recursos solares e eólicos que são agora muito procurados pelos investidores internacionais na sua busca por energia limpa.

Por exemplo, o potencial hidroeléctrico total nos países da SADC está estimado em cerca de 1.080 terawatts-hora por ano (TWh / ano), mas a capacidade actualmente utilizada é inferior a 31 TWh / ano. Um terawatt equivale a um milhão de Megawatts (MW).

A região da SADC também está extremamente dotada de cursos de água, como o Congo e Zambeze. A barragem do Inga, situada no rio Congo, tem potencial para produzir cerca de 40.000 MW de energia eléctrica, de acordo com o SAPP.

No que respeita à energia geotérmica, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Facilidade Global do Meio Ambiente estimam que cerca de 4.000MW de electricidade está disponível ao longo do vale do Rift, na República Unida da Tanzânia, Malawi e Moçambique.

No entanto, actualmente existem baixos níveis de utilização de Energia Renovável (ER) em toda a região. Isso é em grande parte motivado pela falta de quadros legislativos e regulamentares eficazes que apoiem o desenvolvimento do mercado.

Há provas contundentes da subutilização das ER em toda a região, apesar da existência de recursos abundantes para produzir ER.

Por exemplo, uma pesquisa mostrou que a maioria dos países da África Austral recebe

Energia Renovável Futuro do Sector de Energia da SADC

mais de 2.500 horas de sol por ano. Isso ocorre porque a região da SADC, e na verdade toda a África, tem sol o ano todo.

Na maioria dos casos, projectos de ER, particularmente aqueles que envolvem mais de um Estado-Membro da SADC, muitas vezes levam muito tempo para saírem das carteiras. Isto é em parte atribuído aos desafios associados com o comércio transfronteiriço porque os interesses nacionais têm a tendência de se imporem sobre as necessidades energéticas regionais.

Há, portanto, necessidade de adoptar medidas para estimular a absorção de produtos e tecnologias de ER. Essas medidas incluem a obrigatoriedade da indústria de energia eléctrica comprar ER ou fornecer uma certa proporção de sua energia a partir de fontes renováveis, bem como o desenvolvimento de um mercado seguro.

Há também a necessidade de um quadro sub-regional harmonizado de ER que irá, entre outras coisas, resultar na redução dos custos de investimento em tecnologias de ER e maior confiabilidade da qualidade de novos e renováveis serviços energéticos.

Com todas as suas vantagens, os sistemas solares não são baratos para instalar; um sistema para uma casa típica na região custa algo entre 500 e mil dólares norte-americanos, de acordo com o BAD.

Há também a necessidade de enfatizar a importância da participação da comunidade no desenvolvimento de produtos e tecnologias de ER para garantir a apropriação e aceitação das novas fontes de energia.

A participação da comunidade é fundamental para a construção de uma sociedade com poderes e valor acrescentado através da infusão dos conhecimentos tradicionais para o sector de ER.

É à luz disto que a região da SADC está a desenvolver um centro para promover a adopção de produtos e tecnologias de ER.

O proposto Centro da SADC para as Energias Renováveis e Eficiência Energética (SACREEE) poderá contribuir para aumentar a absorção de energia limpa na África Austral, permitindo a região enfrentar os seus desafios energéticos.

Ele irá, entre outras coisas, promover a adopção de ER e tecnologias de eficiência energética e serviços com base no mercado nos Estados Membros da SADC.

O centro deverá contribuir substancialmente para o desenvolvimento dos mercados de energia e eficiência energética renováveis regionais através da partilha de conhecimentos e assessoria técnica nas áreas de política e regulação, cooperação tecnológica, desenvolvimento de capacidades, bem como a promoção de investimentos.

Vários parceiros de cooperação, tais como a Agência Austríaca para o Desenvolvimento austríaco e a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), comprometeram-se a prestar apoio financeiro ao centro nos primeiros três anos. Depois disso, o centro deverá ser auto-sustentável.

A criação do centro deverá ocorrer em três fases, a primeira das quais envolve a selecção do País onde será instalado e a criação do Secretariado do SACREEE, que será responsável pela gestão do dia-a-dia do centro.

A equipa de gestão será dirigida por um director executivo nomeado pelo conselho executivo e será composto por vários níveis de pessoal permanente complementados por consultores, incluindo pessoal internacional sempre que necessário.

Pelo menos cinco países estão disputando o direito de sediar o centro. As candidaturas



ERGIA A AUSTRAL



2018, ano crítico para a integração energética, entretanto muito há por fazer

para albergar o SACREEE foram recebidas do Botswana, Moçambique, Namíbia, África do Sul e Zimbábue. A candidatura da África do Sul precisa, no entanto, de ser aprovada pelo parlamento.

O estabelecimento do SACREEE, incluindo a escolha do país de acolhimento, está dependente da realização de reunião anual dos Ministros de Energia da SADC.

A reunião dos Ministros da Energia tinha sido marcada para Setembro, mas foi adiada depois do Malawi ter anunciado que não iria acolher o encontro devido a vários desafios. As Maurícias foram escolhidas para servir de local alternativo.

A decisão dos ministros será encaminhada ao Conselho de Ministros da SADC em Fevereiro de 2015 que fará a aprovação final.

A fase preparatória, que inicialmente deveria decorrer de Janeiro a Outubro de 2014, também comporta a criação e entrada em funcionamento do conselho executivo do SACREEE e das comissões técnicas.

A composição da direcção e da comissão técnica serão acordadas pelos Estados membros.

A primeira fase operacional será executada a partir do final de 2014 até 2017, durante o qual o centro vai privilegiar o desenvolvimento de programas de energia renovável para a região e mobilização de recursos.

A segunda fase operacional, de 2018-2021, vai se concentrar em actividades para garantir a sustentabilidade do centro após a saída de parceiros de cooperação internacional, como UNIDO. □

O GRUPO de Empresas de Electricidade da África Austral afirma que todos os países da SADC precisam de ter uma abordagem integrada para lidar com restrições de energia na região até 2018, mas, entretanto, o trabalho vai continuar.

O Gestor de Coordenação do Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP), o Dr. Lawrence Musaba, disse que as metas para 2014 não poderão ser alcançadas devido à falta de investimento e atrasos na implementação de projectos regionais de energia.

"Entre agora e 2018 o trabalho vai continuar devido à falta de implementação e atrasos na execução de outros projectos na região."

Dirigindo-se os delegados da Reunião Associação Regional dos Reguladores da Energia (RERA) da África Austral, em Victoria Falls, Zimbábue, Musaba disse que a região esperava produzir este ano 2.896 Megawatts (MW), mas esta meta poderá não ser atingida.

"A crise de energia na SADC iniciou em 2007 e, actualmente estamos a implementar projectos que geram 1.100 Megawatts por ano, enquanto a procura de energia está crescendo", disse Musaba.

"Prevemos produzir 28.000 MW no período 2014-2018. Em 2016, poderemos nos livrar da crise energética caso todos os projectos sejam implementados. Há uma necessidade da região implementar os projectos planeados."

O SAPP é constituído por empresas de 12 Estados Membros da SADC continental que, juntos, gerem uma rede energética regional, embora alguns países ainda não estejam interligados. □

Contexto das energias renováveis na SADC

OPORTUNIDADES E importância das energias renováveis são amplamente reconhecidas na região da SADC.

A energia renovável, que é abundante na região, é a energia que é continuamente disponível e sustentável como a eólica, solar, biomassa e hidroelétrica.

Por outro lado, a energia com base em combustíveis fósseis ainda está disponível a um custo acessível. Este é o caso da energia produzida a partir do carvão da África do Sul.

O desenvolvimento de um quadro político regional harmonizado para energias novas e renováveis foi identificado como um importante passo para a realização do objectivo de alcançar o equilíbrio entre a satisfação das necessidades energéticas da região e a sustentabilidade do meio ambiente da SADC.

A SADC está a trabalhar num projecto de Estratégia Regional de Energia Renovável, que visa promover a captação de energia limpa e garantir que a África Austral tire proveito das inúmeras oportunidades de energias renováveis que existem na região.

De acordo com a Divisão de Energia da Direcção dos Serviços de Infra-estruturas da SADC, quase todos os Estados Membros têm políticas de energia em vigor, enquanto três desenvolveram já políticas de energia renovável. Trata-se da Namíbia, África do Sul e Zâmbia.

Dados da SADC também mostram que apenas as Maurícias, África do Sul e Zâmbia tem actualmente estratégias de energias renováveis em vigor. As Maurícias são o único Estado-membro com um plano director de energia renovável. □

Desenvolvimento de infra-estruturas de Energia

Um dos principais pilares do RISDP revisto

O DESENVOLVIMENTO de infra-estruturas - incluindo no sector da energia - é uma das principais prioridades a ser exercida nos termos do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional da SADC (RISDP) revisto.

O RISDP revisto, que foi apresentado à Cimeira Ordinária de Chefes de Estado e de Governo da SADC em Victoria Falls, Zimbabwe, em Agosto, identifica quatro grandes prioridades a serem implementadas na região entre 2015-2020.

A Prioridade A procura promover o desenvolvimento industrial e a integração do mercado através do reforço da competitividade e da oferta de capacidade do lado produtivo dos Estados membros, bem como melhorar a circulação de mercadorias e facilitar a integração do mercado financeiro e de cooperação monetária, entre outras coisas.

Reunião dos Ministros da Energia adiada

A REUNIÃO anual dos Ministros da Energia da SADC foi adiada para uma data anunciar. O encontro é uma oportunidade para os ministros de energia analisarem a situação de energia na região, num esforço para garantir que a oferta e a procura estejam equilibradas.

Tradicionalmente realizada em Março / Abril de cada ano, a reunião foi inicialmente adiada para Setembro, para permitir que o país anfitrião, Malawi, a realizasse as suas eleições gerais em Maio.

O Malawi tinha indicado que não estava em condições de acolher a reunião alguns meses após as eleições que produziram um novo governo.

As Maurícias, sendo País seguinte em ordem alfabética de

A Prioridade B está centrada na melhoria de infra-estruturas de apoio para a integração regional.

A Energia é uma área importante deste pilar do RISDP revisto e está sendo feito um trabalho preparatório considerável nesta área para desenvolver políticas, sistemas e processos que facilitem a preparação de projectos, bem como ajudar a atrair investimentos do sector privado e continuar a promover parcerias público-privadas.

O Chefe da Direcção dos Serviços e Infra-estrutura da SADC, Remigious Makumbe, reiterou o compromisso da SADC em apoiar o sector da energia.

"O sector de energia continua a ser fundamental para a agenda de integração regional e temos, portanto, apelado aos ICPs (Parceiros de Cooperação Internacional) para alinharem os seus programas com as

organismo regional de 15 membros, foi abordado para acolher a reunião dos ministros de energia, mas ainda não há confirmação.

Várias questões, incluindo a criação de um Centro SADC para as Energias Renováveis e Eficiência Energética, serão discutidas na reunião. Outras questões na agenda são o estado de implementação das principais decisões tomadas na última reunião realizada no Lesotho em 2013, bem como alguns dos projectos prioritários.

As decisões da reunião dos Ministros da Energia 'serão canalizadas ao Conselho de Ministros da SADC para aprovação final na sua próxima reunião marcada para Fevereiro de 2015. □

principais prioridades regionais", disse Makumbe.

A Prioridade D diz respeito a promoção de programas especiais de dimensão regional como educação e desenvolvimento de recursos humanos; saúde, HIV e SIDA e outras doenças transmissíveis; segurança alimentar e recursos naturais transfronteiriços; ambiente; estatística; igualdade de género; e ciência, tecnologia e inovação e pesquisa e desenvolvimento.

As três prioridades acima apresentadas serão potenciadas pela Prioridade C na promoção da paz e da cooperação de segurança como um pré-requisito para a realização da agenda de integração regional.

O RISDP é um plano estratégico de 15 anos, aprovado pelos líderes da SADC em 2003 como o principal modelo para a integração e desenvolvimento regional

O plano, ao longo dos últimos anos, sofreu um processo de avaliação que iniciou com uma análise de documentos realizada pelo Secretariado da SADC em 2011.

Em agosto de 2013, o Conselho de Ministros solicitou ao Secretariado da SADC para trabalhar com os Estados-Membros na criação de um grupo de trabalho de várias partes interessadas para finalizar o processo de revisão do RISDP.

O grupo de trabalho teve uma série de reuniões em 2014 para propor novas prioridades; as principais áreas de foco; marcos; resultados; metas e prazos para o restante período de implementação.

O resultado deste trabalho é o RISDP revisto (2015-2020), que foi apresentado para aprovação pelo Conselho de Ministros e pelos Chefes de Estado e de Governo durante a 34ª Cimeira da SADC realizada no Zimbabwe, em Agosto. □



Tanzânia investe na energia geotérmica



A REPÚBLICA Unida da Tanzânia está explorando possibilidades de investir fortemente em energias renováveis, especialmente energia geotérmica.

O Comissário Adjunto de Energia Renovável no Ministério de Energia e Minerais, Edward Ishengoma, disse que o país tem vastas reservas de energia geotérmica, e caso todas estas fontes sejam exploradas, a Tanzânia estaria em condições de vender excedente de energia para os países vizinhos.

Ele disse que a Tanzânia tem pelo menos 50 fontes geotérmicas identificadas espalhadas por todo o país, que estão ainda por ser exploradas.

"Queremos utilizar eficazmente todas as potenciais fontes de energia disponíveis no país, incluindo a energia geotérmica, disse ele.

Estima-se que o potencial geotérmico da Tanzânia ande a volta de 650 Megawatts (MW), a maioria das quais está localizada no Leste do Sistema do Rift Africano. *Tanzania Daily News* □



Linha de transmissão MoZiSa vai impulsionar a comercialização de energia na SADC

por Kizito Sikuka

A **CONSTRUÇÃO** de uma nova linha de transmissão de energia que liga Moçambique, África do Sul e Zimbabwe poderá vir a melhorar a ligação e o comércio de electricidade na África Austral.

Conhecido por Projecto de Transmissão Moçambique-Zimbabwe-África do Sul

Namíbia terá o primeiro parque de energia solar

A **NAMÍBIA** poderá ter o seu primeiro parque de energia solar no início de 2015, que irá produzir cerca de 4,5 Megawatts de electricidade.

De acordo com informações oficiais, o Parque Solar de Omburu avaliado em 10,8 milhões dólares norte-americanos, pertence a firma francesa InnoSun, está situado cerca de cinco quilómetros ao sul de Omaruru e é o primeiro projecto de energia renovável na Namíbia implementado por um produtor independente de energia (IPP).

Ocupando cerca de 15 hectares de terra, o parque será composto por cerca de 30.000 painéis solares "Tracker" auto-ajustáveis que estão em montagem e que lhes permitirão captar o sol durante todo o dia, de acordo com a InnoSun.

O Ministro Namibiano das Minas e Energia, Isak Katali, disse que o projecto foi uma das iniciativas do Estado-Membro da SADC para aproveitar seus abundantes recursos energéticos renováveis.

"Vamos continuar a apoiar a InnoSun a concretizar os seus planos", acrescentou. □



(MoZiSa), o empreendimento envolve os três países que estão todos ligados à rede regional.

Todas as concessionárias de energia na SADC continental, com excepção de Angola, Malawi e da República Unida da Tanzânia, estão interligadas através do Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP), permitindo-lhes vender electricidade para o outro através de um mercado competitivo.

Neste sentido, o projecto de transmissão MoZiSa tem a capacidade de melhorar o acesso a energia através da rede regional, permitindo uma transferência de energia eléctrica entre e entre os Estados membros da SADC.

De acordo com o SAPP, o projecto MoZiSa é apoiado pelas respectivas empresas eléctricas dos três países, designadamente Electricidade de Moçambique (EDM), Eskom, da África do Sul, e da Autoridade de Fornecimento de Energia Eléctrica do Zimbabwe (ZESA).

As três empresas assinaram um memorando de entendimento para desenvolver a interligação e formaram três equipas de desenvolvimento de um projecto comum. As equipas conjuntas - um comité de direcção, uma comissão técnica e um comité comercial - foram encarregadas de liderar o processo de implementação, que será coordenado pelo SAPP.

O SAPP é um organismo regional que coordena o planeamento, produção, transmissão e comercialização de energia eléctrica na África Austral, em nome de empresas estaduais membros.

A África Austral considera que o desenvolvimento de linhas como fundamentais para enfrentar a situação de crise de energia na região, que remonta o ano de 2007, quando a SADC começou ter problemas na sua capacidade de produção de energia eléctrica e muitas linhas

de transmissão regionais começaram a ficar congestionadas.

A interligação MoZiSa irá complementar outras linhas de transmissão regional e vai facilitar a transferência de energia dentro da rede do SAPP.

Além disso, vai aumentar a estabilidade no grupo de energia através de um interligação adicional entre a rede forte no Sul e a rede fraca no norte da região, o que tem sido uma fonte de grave instabilidade do SAPP.

Como parte do projecto MoZiSa, haverá vários desenvolvimentos separados para complementar o projecto de modo garantir que a interligação MoZiSa seja um sucesso.

Por exemplo, no Zimbabwe, haverá uma nova subestação no Triângulo e outra no Orange Grove.

Entre o Zimbabwe e a África do Sul, a interligação Triangle-Nzhelele será construído com uma linha de 400 kV, que se estende por 275 quilómetros. Uma nova linha de 400 kV na subestação de Nzhelele também será construída.

Outros desenvolvimentos importantes estão sendo propostos entre o Zimbabwe e Moçambique. Por exemplo, uma linha de 400kV com 185 quilómetros será desenvolvida para interligar Orange Grove, no Zimbabwe, e Inchope, em Moçambique.

Além disso, uma nova Subestação de 400 / 220kV no Inchope em Moçambique, será construída, enquanto uma longa linha de 360 quilómetros, entre Inchope-Matambo e com capacidade de produzir 400 kV, para além de uma linha de 400 kV que se estende por 115 quilómetros será construída entre Matambo-Songo.

O SAPP recebeu financiamentos do Fundo de Preparação de Projectos de Estudo de Viabilidade (PPF), que é apoiado pelo Banco de



Desenvolvimento da África Austral e pela Agence Française de Développement, para ser o ser utilizado na realização de um estudo exploratório para a elaboração do projecto de transmissão MoZiSa.

Um apelo para serviços de consultoria foi feito em agosto, para realizar um estudo exploratório e conceptualização que inclui a revisão dos estudos técnicos iniciais e trabalhos já realizados pelas três empresas e aconselhamento sobre o trabalho técnico das propostas linhas de transmissão.

O trabalho vai se concentrar em avaliar o nível dos riscos inerentes ao projecto em vários estágios de desenvolvimento.

"Essas actividades preparatórias permitirão aos patrocinadores do projecto, ao SAPP e aos financiadores tomarem as decisões necessárias e informadas sobre o financiamento para o estudo de viabilidade dos projectos", diz parte dos termos de referência para os serviços de consultoria para definir o escopo de estudo para o projecto de transmissão MoZiSa.

As manifestações de interesse para os serviços de consultoria encerraram a 10 de Setembro, e o SAPP deve anunciar os candidatos vencedores em breve.

O anúncio será um passo importante para o início da execução do projecto de transmissão MoZiSa. sardc.net □



SADC apela à unidade para assistência as pessoas vulneráveis

A SECRETÁRIA Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, instou a comunidade internacional a dedicar esforços e recursos para ajudar as comunidades e os países vulneráveis à lidarem com os desastres naturais.

A Dra. Tax lançou este apelo na Cimeira Mundial de Assistência humanitária focalizada para a África Austral e Oriental realizada em Pretória, África do Sul, no final de Outubro.

"Não obstante a Estrutura de Redução do Risco de Desastres existente na SADC, precisamos de estar cientes do cenário mundial e das realidades emergentes, e, assim, estabelecer

uma abordagem regional que tome em conta a natureza diversa dos desafios humanitários que estão ligados a uma abordagem global e que respondam aos desafios humanitários enfrentados pelos países e comunidades individuais", disse ela.

Ela disse que a região deve começar a elaborar estratégias agora e "não esperar até a Cimeira de 2016 em Istanbul para fazer as mudanças que precisam ser feitas agora."

Quanto a epidemia do Ébola que afecta vários países da África Ocidental, a secretária-executiva da SADC disse que a comunidade mundial deve trabalhar em conjunto para combater o vírus mortal.

Ela disse que o Ébola ameaça não apenas as vidas humanas", mas também as economias dos países afectados e coloca uma enorme pressão sobre os já fracos sistemas de saúde."

"Talvez a dimensão mais letal deste flagelo é o seu potencial para desfazer os progressos até agora alcançados em África. O Ébola faz com que a maioria dos países adoptem políticas proteccionistas que minam o poder colectivo de África e toda a aspiração da livre circulação de pessoas, bens e serviços", disse ela.

"Na verdade, temos de lidar com o Ébola de forma unida e com esforços colectivos". □

Maurícias implementam programa de adaptação costeira

AS MAURÍCIAS têm garantido uma concessão do Fundo de Adaptação para a implementação de um programa de adaptação às alterações climáticas nas zonas costeiras do país ao longo dos próximos seis anos.

O Programa de adaptação às alterações climáticas na zona costeira das ilhas Maurícias visa aumentar a resiliência das comunidades e os meios de subsistência nas áreas costeiras, principalmente através de medidas para proteger os ecossistemas costeiros vulneráveis e as comunidades em Mon Choisy e Rivière des Galets, bem como o desenvolvimento e implementação de um sistema de alerta para surtos nas ilhas Maurícias.

Falando num seminário de início do projecto, o Ministro do Desenvolvimento Sustentável e Ambiente das Maurícias, Devanand Virahsawmy, disse que sendo um Estado pequeno Insular e em Desenvolvimento, as Maurícias são particularmente vulneráveis aos efeitos adversos da mudança do clima, especialmente ao longo da costa, onde a aceleração do nível do mar e da frequência e intensidade de ciclones tropicais pode resultar em perda económica considerável e degradação ambiental.

O projecto vai ajudar as comunidades costeiras ao tratar dos efeitos adversos das alterações climáticas, através da implementação de medidas de desenvolvimento resistentes ao clima.

Ele disse que o governo também adoptou uma abordagem pró-activa para a construção de resiliência às mudanças climáticas. □

ONU e SADC assinam acordo sobre a gestão de desastres

As NAÇÕES Unidas e SADC assinaram um Memorando de Entendimento (MoU) que estabelece um quadro de

cooperação para reforçar o mecanismo de resposta regional a desastres na África Austral.

O acordo foi assinado pela Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, e pela Secretária-Geral da ONU para Assuntos Humanitários, que também é o Coordenadora da Ajuda de Emergência, a Baronesa Valerie Amos, em Pretória, África do Sul, em Outubro.

O memorando de entendimento visa melhorar as capacidades da SADC e dos Estados-Membros na gestão do risco de desastres e assistência humanitária, bem como defender os direitos das pessoas afectadas por conflitos sociais e desastres naturais.

O acordo tem como objectivo apoiar um ambiente propício para o desenvolvimento sustentável na região.

A maioria dos países da SADC é vulnerável a uma série de desastres naturais, particularmente inundações durante a época chuvosa e, quando ocorrem esses desastres naturais, tem havido perda de vidas humanas e de propriedades. □



UA desenvolve Índice Africano de Integração Regional

A COMISSÃO da União Africana fez uma parceria com o Banco Africano de Desenvolvimento e com a Comissão Económica das

Nações Unidas para a produção de um Índice de Integração Regional em África.

O índice é o primeiro sistema de monitoria sistemática e

quantitativa e em todo o continente para a integração regional em África, e foi projectado para acompanhar o progresso de países africanos e

Comunidades Económicas Regionais (CER) para alcançar suas metas da integração regional.

Isto irá acompanhar e documentar os impactos da integração regional em África, e apresentar o caso para uma integração mais profunda.

O índice a ser produzido em Março de 2015 vai ajudar os países e as CERs a identificar lacunas e tomar decisões políticas informadas sobre a melhor forma de colmatar essas lacunas e alcançar as suas aspirações e compromissos de integração regional. □

Nova linha de transmissão de energia para a África Austral

FOI RECENTEMENTE rubricado um acordo que prevê a construção de uma nova linha de transmissão de energia que permitirá os países da África Oriental partilhar o seu excedente de electricidade com a África Austral.

A nova linha de transmissão vai ligar a República Unida da Tanzânia ao Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) - um desenvolvimento que vai ver o país participante no mercado de negociação de energia competitiva da SADC, que permite aos países beneficiarem de energia produzida nos outros Estados-Membros.

Todas as empresas de electricidade da SADC continental, com excepção de Angola, Malawi e Tanzânia, estão interligadas através do SAPP.

A nova linha de transmissão, conhecida por projecto de interligação de energia Zâmbia-Quênia-Tanzânia, ligará as empresas de electricidade da África Oriental ao SAPP.

A Zâmbia, Quênia e Tanzânia assinaram um Memorando de Entendimento de 1.2 biliões de dólares norte-americanos, em Dezembro, que, entre outras coisas, estabelece princípios que sublinham a relação entre os três países.

Segundo o acordo, o projecto vai iniciar em Dezembro de 2015 e deverá ser concluído em Dezembro de 2018.

Depois de concluído, o projecto que incentiva a comercialização de energia eléctrica, vai aumentar a segurança do fornecimento de electricidade e fomentar o

comércio regional, bem como estimular o investimento na produção de energia para atender à crescente demanda do mercado grande que será criado através da interligação das duas sub-regiões. □

Zimbabwe vai criar banco para as mulheres

O ZIMBABWE aprovou a criação de um banco para as mulheres para aliviar e facilitar o acesso das mulheres a recursos e serviços financeiros.

O Ministro das Finanças e Desenvolvimento Económico, Patrick Chinamasa, disse que o banco vai melhorar a disponibilidade de crédito para as mulheres e apoiar as suas empresas e projectos de geração de renda.

"A ZimAsset reconhece que as mulheres são uma parte integrante da transformação socioeconómica do Zimbabwe", disse ele. "A este respeito, facilitando o seu acesso ao crédito através de instituições formais poderemos superar a sua exclusão financeira."

Ele disse que cerca de cinco milhões de dólares norte-americanos já foram reservados para a capitalização do banco no apoio ao empreendedorismo das mulheres.

Mais de 400.000 dólares norte-americanos foram alocados para programas de treinamento para fortalecer a alfabetização e habilidades de negócios financeiros. *The Chronicle* □

Seychelles aderem a OMC

AS SEICHELES assinaram o protocolo de adesão a Organização Mundial do Comércio (OMC).

O Ministro do Investimento e Finanças, Pierre Laporte, assinou o protocolo, em Dezembro, o que significa que a ilha vai agora se tornar n.º 161º Estado membro da OMC.

A cerimónia de assinatura ocorreu após a aprovação do pacote de adesão das Seychelles, incluindo o protocolo de adesão para o Conselho Geral da OMC, em Genebra, Suíça.

De acordo com o Ministério das Finanças, Comércio e do Investimento, a ratificação está prevista para ser concluída no primeiro trimestre de 2015.

A adesão à OMC vai trazer vários benefícios para o país, e Laporte observou que as reformas que tinham de ser realizadas durante o processo de adesão ajudaram a produzir as leis e as políticas do país com os melhores padrões internacionais.

"As Seychelles têm agora uma plataforma que apoia o país e lhe confere uma oportunidade igual aos outros Países em fazer valer a sua voz nas questões comerciais", disse ele. *Seychelles News Agency* □

Harmonização das principais normas para o Desenvolvimento Regional

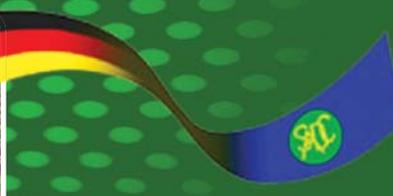
A SADC tem a capacidade de impulsionar o comércio e aprofundar a integração, caso os Estados-Membros trabalhem em conjunto na harmonização das normas em matéria de comércio e serviços.

O Secretário Permanente da Indústria e Comércio da Zâmbia, Siazongo Siakalenge, disse fez esta declaração num recente seminário de formação da SADC sobre Normalização e padronização (SADCSTAN) e desenvolvimento de planos de negócios das comissões técnicas, realizado em Lusaka, Zâmbia.

Ele disse que é importante que região mantenha padrões

harmonizados de forma transparente através da aplicação do processo de harmonização para o benefício de todos os Estados Membros da SADC.

"Estamos comprometidos com o Protocolo da SADC sobre o Comércio e é positivo que as barreiras técnicas ao comércio, recentemente ajustadas em consonância com o protocolo, possam melhorar as operações de padronização da SADC, garantia de qualidade, acreditação e estruturas metrologia, que visa promover a liberalização de operações intra-regionais de bens e serviços na região", disse ele. *Zambia Daily Mail* □



SADC e Alemanha reforçam a cooperação

A SADC e a Alemanha concordaram em trabalhar juntos para apoiar os esforços visando aprofundar a integração regional na África Austral.

O Secretariado da SADC e uma delegação da República Federal da Alemanha concluíram com êxito consultas em Novembro sobre o futuro da cooperação SADC - Alemanha.

As duas partes reconheceram a importância e a mais-valia de mais de 20 anos de cooperação e com compromissos de cerca de 300 milhões de Euros do governo alemão nesse período, para os programas e projectos da SADC.

Com base no Tratado e nos protocolos da SADC, do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) revisto e do Plano Estratégico Indicativo revisto para o Órgão (SIPO), ambos os lados concordaram com o objectivo de "apoiar o aprofundamento da integração regional em benefício das pessoas na região da SADC."

As áreas específicas de cooperação serão a integração económica regional; gestão transfronteiriça da água; paz, segurança e boa governação; uso transfronteiriço e protecção dos recursos naturais e resiliência às mudanças climáticas; e desenvolvimento da capacidade organizacional da SADC.

Dentro das diversas áreas, será dada maior importância ao aumento do apoio as prioridades de desenvolvimento industrial e de infra-estrutura na região da SADC.

A SADC e a Alemanha enfatizaram a importância de

se engajar em programas conjuntos com outros Parceiros de Cooperação Internacional para reforçar as sinergias e evitar duplicações e sobreposições.

Como um primeiro passo importante em direcção a esse objectivo, um representante da delegação da União Europeia em Gaborone participou ao longo das consultas na qualidade de observador.

Os resultados das consultas irão orientar os futuros compromissos alemães enquanto se prepara a próxima ronda de negociações SADC - Alemanha que irão decorrer em Gaborone, em Junho de 2015.

Na cerimónia de assinatura do acordo, o Embaixador alemão no Botswana e Observador da SADC, Rolf Ulrich, anunciou novos compromissos alemães para a SADC.

Em 2014, o governo alemão fez um apoio adicional de 26 milhões de Euros para a SADC realizar os seguintes programas:

- Paz, Segurança e Boa Governação (€ 3 milhões);
- Uso Transfronteiriço e Protecção de Recursos Naturais na região da SADC (€ 8 milhões);

- Fundo Regional de Abastecimento de Água e Saneamento Básico (€ 10 milhões); e,

- Área de Conservação Transfronteiriça do Grande Limpopo (€ 5 milhões).

A Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, confirmou a importância do apoio alemão de longa data pois tem estado a contribuir para a implementação da Agenda Comum da SADC. □

Secretária Executiva da SADC agradece apoio dos ICPs ao CCARDESA

A SECRETÁRIA Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, agradeceu parceiros de cooperação internacional por ajudarem o centro de pesquisa agrícola.

Falando no lançamento do Centro de Coordenação de Pesquisa de Desenvolvimento Agrícola para a África Austral (CCARDESA), em Gaborone, em Novembro, a Dra. Tax disse que a região não teria feito avanços significativos na área da agricultura e no desenvolvimento dos seus recursos naturais de sem a assistência dos seus amigos e parceiros de desenvolvimento.

"Gostaríamos, portanto, de manifestar a nossa gratidão aos parceiros de desenvolvimento por essa assistência e espero que

continuem a estender uma mão amiga para o CCARDESA para que possa cumprir cabalmente o seu importante mandato", disse ela.

A Secretária Executiva da SADC, prestou homenagem à União Europeia por facilitar a instalação apoio ao CCARDESA.

O CCARDESA é uma organização de pesquisa sub-regional estabelecida pelos Estados Membros da SADC para facilitar a coordenação e o desenvolvimento da pesquisa agrícola na região da SADC e promover a difusão e geração de tecnologia visando melhorar a segurança alimentar.

As actividades do centro são financiadas pela UE no âmbito do 10º Fundo de Desenvolvimento Europeu (FED).



Desde a sua criação em 2011, o CCARDESA desenvolveu um Plano Operacional de Médio Prazo (MTO) através do qual implementa as suas actividades.

No início deste ano o CCARDESA lançou um convite à apresentação de propostas em projectos de pesquisa e de desenvolvimento colaborativo.

Os beneficiários do projecto a ser financiado pelo Fundo do CCARDESA incluem universidades, institutos de pesquisa agrícola, empresas privadas e organizações não-governamentais da região.

O objectivo do lançamento é informar o público dos marcos mais importantes para o CCARDESA no apoio à investigação regional. □

Dezembro de 2014 - Fevereiro de 2015



ÁFRICA AUSTRAL HOJE

ÁFRICA AUSTRAL HOJE
É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guia para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o desenvolvimento da África Austral
Secretariado da SADC, SADC House,
Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

EDITOR
Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL
Joseph Ngwawi, Kizito Sikuka, Eglina Tauya, Admire Ndhlovu,
Phyllis Johnson, Danai Majaha, Anesu Ngadya, Anisha Madanhi,
Tanaka Chitsa, Nyarai Kampilipili

TRADUTOR
Bonifácio António

ÁFRICA AUSTRAL HOJE conta com o apoio da Agência Austríaca para o Desenvolvimento, que assiste o Grupo Temático de Energia da SADC co-presidido pela Áustria.

© SADC, SARDC, 2014

ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sardc.net Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO
Tonely Ngwenya

PHOTOS AND ILLUSTRATIONS
P1 carmagblog.co.za, droogfonteinsolar.co.za, ZTA; P2 jeffreysbaywindfarm.co.za, sfranciscoconnect.co.za, moneycation.com, thirdyearabroad.com, myclimate.org; P4 theguardian.com, wordpress.com; P5 africativ1.com, news.yahoo.com, redeangola.info, wsocvt.com; P7 indepthafrica.com, famouswonders.com, seaneews.com.tr, timeslive.co.za; P8-9 dailymail.com, southafrica.gomania.co.za, africagreenmedia.co.za, jeffreysbaywindfarm.co.za 1, wireworld.com, abb.com; P10 industrycards.com; P11 dailymail.com, panafricenergy.com, africagreenmedia.co.za; P12 sbi.shelterbox.org, unisdr.org, sadc.int; P14 sadc.int, ect.coop, agricornet.com, wikimedia.org; P16 thepolitician.co.za, renewable.com

Subscriva Hoje
ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao

Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral
15 Downie Avenue, Belgravia, Box 5690,
Harare, Zimbabwe
Tel +263 4 791 141/791 143 Fax +263 4 791 271
E-mail sadctoday@sardc.net

www.sardc.net
Conhecimento para o Desenvolvimento




Dezembro
1-12, Peru

UNFCCC COP 20

A 20ª Conferência das Partes (COP 20) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) realiza-se no Peru para continuar as negociações com vista a um consenso global sobre como enfrentar os impactos das mudanças climáticas. Apesar do progresso feito no sentido de um acordo vinculativo, persistem profundas divisões no caminho a seguir, especialmente em questões como os níveis de emissão de carbono, o financiamento do clima, tecnologia e capacidade de adaptação e gestão de riscos.

2-7,
Zimbabwe

6º Congresso Nacional do Zanu-PF

O Partido governamental do Zimbabwe realiza um congresso electivo para rever a sua agenda política e escolher a sua liderança superior. O congresso, que se realiza a cada cinco anos, irá discutir a maneira de avançar nas questões fundamentais.

8-12,

Zimbabwe

Reunião Regional anual da Associação dos Reguladores de Electricidade

As reuniões anuais abarcam participantes de entidades reguladoras, empresas de energia, produtores independentes de energia, os decisores políticos, instituições financeiras de desenvolvimento, a imprensa, consumidores, desenvolvedores de projectos, e parceiros de cooperação e de desenvolvimento internacionais para discutir formas de alimentar um mercado regional de energia eléctrica que é eficiente, sustentável, harmonizado e capaz de atrair investimentos.

9-10, Etiópia

Reunião de Peritos para o reforço do Mecanismo de Coordenação da União Africana

O grupo de peritos irá analisar e contribuir para um manual sobre "Fortalecimento da capacidade de coordenação a nível sub-regional", que vai cobrir a harmonização efectiva e uma coordenação eficaz de apoio ao sistema das Nações Unidas para o desenvolvimento de África, no contexto das prioridades do programa da UA, bem como as Comunidades Económicas Regionais.

10, Maurícias

Eleições Parlamentares nas Maurícias

As eleições parlamentares nas Maurícias poderão colocar duas coligações a tentarem obter a maioria dos assentos na Assembleia Nacional. O Partido Trabalhista e o Movimento Militante das Maurícias (MMM) compõem a primeira coligação. A segunda reúne o movimento militante socialista (MSM) e o Partido Democrático das Maurícias (PMSD).

11,
África do Sul

Fórum de antigos Chefes de Estado Africanos

A rede de ex-Chefes de Estado e de Governo e outros líderes africanos visa apoiar a implementação dos objectivos gerais da União Africana e da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) a nível nacional, sub-regional e regional.

Janeiro
19-22, Emiratos
Árabes Unidos

Cimeira Mundial de Energia 2015

A Cimeira será dedicada às energias renováveis, eficiência energética e tecnologias limpas. A Cimeira de 2015 oferecerá as partes interessadas que trabalham na área de energia uma oportunidade única para se reunir com os seus pares, e trocarem informação sobre tecnologia, partilhar as melhores práticas e formar parcerias comerciais.

20, Zâmbia

Eleições Presidenciais intercalares

Os Zambianos vão às urnas a 20 de Janeiro para eleger um novo líder após a morte do Presidente Michael Sata, a 28 de Outubro de 2014. A última eleição que Sata ganhou realizou-se a 23 de Setembro de 2011.

30-31, Etiópia

24a Sessão Ordinária da União Africana

Chefes de Estado e de Governo reúnem-se na sua 24ª Sessão Ordinária da União Africana, precedida por reuniões técnicas dos funcionários. O tema para 2015 é "Ano de Empoderamento das Mulheres e Desenvolvimento em direcção a Agenda de África 2063". O Zimbabwe deverá tornar-se Presidente da União Africana nesta Cimeira, em nome da África Austral.

Fevereiro
9-13, Costa
do Marfim

Terceira Conferência de Ministros Africanos Responsáveis pelo Registo Civil

O objectivo da conferência é mobilizar os Estados-Membros para realizar registos civis em plena conformidade com os direitos humanos e civis, gerindo a identidade e prestação de serviços eficientes, e produção de estatísticas vitais para o planeamento e acompanhamento da evolução.

17-18,
África do Sul

Exposição de Energia Africana Indaba 2015

O Indaba reunirá especialistas internacionais e continentais para partilhar ideias e soluções para a crise energética da África e, ao mesmo tempo, explorar as vastas oportunidades de desenvolvimento de energia oferecidas pela África.

40 anos
1974 – 2014

Barragem de Cahora Bassa Símbolo da Independência de Moçambique

DEZEMBRO DE 2014 marca o 40º aniversário da conclusão da construção da barragem de Cahora Bassa e do sistema da hidroeléctrica em Moçambique

A barragem começou a encher em Dezembro de 1974 após a construção ter iniciado em 1969 por Portugal e pelo regime do apartheid na África do Sul.

Cahora Bassa é o maior sistema hidroeléctrico da África Austral, com a potência de 415 MW nas suas cinco turbinas.

O sistema inclui duas estações conversoras, um em Songo, em Moçambique, e outra, em Apollo, na África do Sul. Há duas linhas paralelas de energia entre essas duas estações, abrangendo 1,400 km, dos quais 900 km estão no território moçambicano.

O principal motivo para a construção da barragem era satisfazer as crescentes necessidades de electricidade na África do Sul do apartheid, um desenvolvimento que permitia a Pretoria o fornecimento de energia eléctrica com tarifas muito baixas para construir e fortalecer sua economia.

Cahora Bassa foi o último grande investimento Português em Moçambique que não estava nas mãos de Moçambique após a independência, em 1975, sob a liderança do falecido Presidente Samora Machel.

A principal razão para a não nacionalização da barragem foi uma compreensão que emana do Acordo de Lusaka, assinado em 1974, para um cessar-fogo na guerra de libertação desencadeada pela Frelimo contra a ocupação Portuguesa de Moçambique.

O entendimento era de que a estrutura seria da propriedade da empresa operacional da barragem, Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB), e só seria alterada depois de alguns anos após os Governos de Portugal e da África do Sul recuperarem o investimento feito para este grande projecto de infra-estrutura.

Até Outubro de 2006, o Estado Português detinha 82 por cento das acções e o seu homólogo moçambicano detinha 18 por cento. Esta foi a estrutura de propriedade no momento em que a empresa foi criada em Junho de 1975, quando Moçambique se tornou independente. Após anos de negociações dificultadas por regulamentos da União Europeia, Moçambique e Portugal, assinaram em Lisboa a 02 de Novembro de 2005, um Memorando de Entendimento que alteraria substancialmente a estrutura de propriedade da HCB.

No entanto, a implementação do Memorando de Entendimento foi adiado porque a Eurostat, a agência de estatísticas da União Europeia, ainda estava investigando o negócio para verificar se as regras da UE sobre os défices orçamentários haviam sido cumpridas por Portugal.

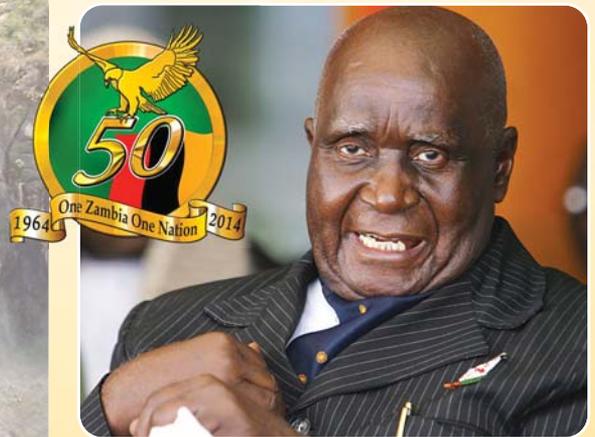
A Eurostat da inicialmente considerava o acordo como um perdão da dívida - sob as regras da UE, o que significava que iria brotar o défice orçamental Português.

Foi acordado que Portugal iria amortizar mais da metade da estimativa de dois bilhões de dólares norte-americanos que alegou que a HCB devia a sua tesouraria, e em vez disso recolher 950 milhões de dólares norte-americanos a partir de Moçambique com a venda de dois terços da barragem. A nova estrutura de propriedade deixaria Moçambique com 85 por cento das acções da HCB, ficando os restantes 15 por cento com Portugal.

O atraso na execução do Memorando de Entendimento criou alguma impaciência do lado moçambicano, como observado pelo Presidente Armando Guebuza, após a cerimónia de assinatura.

Claramente, o controlo da barragem foi um primeiro passo para "acelerar nossa jornada para alcançar o bem-estar dos moçambicanos", disse Guebuza.

A HCB está vendendo energia à África do Sul, Zimbabwé e outros países através de uma rede regional, mas as tarifas são muito diferentes devido aos acordos históricos feitos entre Portugal e África do Sul. □



Kaunda reflete sobre Zâmbia @ 50

"BEM, se não lidarmos correctamente com a questão da futura unidade podemos perder algo de grande importância. Todos os nossos líderes falam sobre unidade política e olhando para o nosso futuro de unidade Africana, ouvimos aqui na Zâmbia o Michael Sata a falar daquilo que eu já havia escrito para 13 presidentes sobre a importância da construção da unidade, incluindo através de amigos como a China, e isso mostra que ainda somos amigos tal como a pretendida OUA, pois ambos lutamos para os desafios de África. "- *Primeiro presidente da Zâmbia pós-independência, Kenneth Kaunda, quando perguntado, em entrevista para comemorar 50º aniversário da independência do seu país em Outubro, sobre o que ele pensava que era a questão mais importante que os líderes africanos devem falar.*

FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Dezembro de 2014 – Fevereiro de 2015

8 Dezembro	Imaculada da Conceição	Seychelles
9 Dezembro	Dia da <i>Incwala</i>	Swazilândia
9 Dezembro	Dia da Independência	Tanzânia
10 Dezembro	Dia Internacional dos Direitos Humanos	Namíbia
16 Dezembro	Dia da Reconciliação	África do Sul
22 Dezembro	Dia da Unidade Nacional	Zimbabwé
25 Dezembro	Natal	Toda SADC excepto Angola e Moçambique
	Dia da Família	Angola, Moçambique
26 Dezembro	Dia da Boa Vontade	África do Sul
	Dia da Família	Namíbia
	Dia do Boxe	Botswana, Lesotho, Swazilândia, Tanzânia, Zimbabwé
1 Janeiro	Dia do Ano Novo	SADC
2 Janeiro	Feriado Público	Botswana, Maurícias, Seychelles
3 Janeiro	Dia de Maulid	Tanzânia
4 Janeiro	Dia dos Mártires	RDC
12 Janeiro	Dia da Revolução de Zanzibar	Tanzânia
15 Janeiro	Dia de John Chilembwe	Malawi
16 Janeiro	Dia dos Heróis (Laurent Kabila)	RDC
17 Janeiro	Dia dos Heróis (Patrice Lumumba)	RDC
1 Fevereiro	Dia da Abolição da Escravatura	Maurícias
3 Fevereiro	Thaipoozam Cavadee	Maurícias
3 Fevereiro	Dia dos Heróis	Moçambique
4 Fevereiro	Dia Nacional das Forças Armadas	Angola
17 Fevereiro	Maha Shivaratree	Maurícias
19 Fevereiro	Festival Chinês da Primavera	Maurícias